



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 – INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º e 14 da Lei n. 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Projeto Básico para Aquisição de bens permanentes, mais especificamente 02 (dois) **TAPETES (cor vermelha)**, para suprir as necessidades deste Regional.

2 – DO OBJETO

2.1 Da especificação e quantidades:

Aquisição de bens permanentes - 02 (dois) TAPETES para ornamentação de área destinada ao Centro de Memória e ao Projeto Eleitor em Perspectiva, no hall térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), conforme descrição abaixo:

ITEM	Objeto - Detalhamento - Prazo	Medida	Quantidade Licitação
01	Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 6,60 metros. Largura: 1,80 metros.	Unidade	01
02	Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 4,00 metros. Largura: 3,50 metros.	Unidade	01

3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1 Justificativa:

Conforme dispõe o art. 2º da IN n. 004/2008-TRE-RO, este instrumento foi elaborado com base no princípio do planejamento e da objetividade. A contratação pleiteada atenderá demanda do **Projeto Eleitor em Perspectiva, coordenado pela Diretora-Geral do TRE-RO**, conforme cópia do projeto juntado em anexo I ([0431695](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O material - e seus quantitativos - foram levantados pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) para atender ao Projeto Eleitor em Perspectiva, com finalidade de ornamentação do local que reproduz uma seção eleitoral e da exposição do Centro de Memória, ambas exposições locadas no hall térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Seu objetivo é implementar um plano de ações promovendo alterações de postura diante do eleitor, com foco na humanização do atendimento. Dentre as medidas adotadas destaca-se a Elaboração de orientações a mesários e colaboradores para melhoria da qualidade do atendimento do eleitor e acolhimento do eleitor no local de votação, com promoções de ações com vistas a instruir o eleitor sobre a operacionalização da Urna Eletrônica e sobre seus mecanismos de segurança. Para isso é necessário aquisição dos referidos mobiliários e equipamento de vídeo para repasse da mídia indoor e montagem em todas as Centrais de Atendimento ao eleitor um espaço reproduzindo uma seção eleitoral onde o eleitor se sinta convidado a familiarizar-se com a urna eletrônica.

Os resultados esperados são melhoria dos serviços prestados aos eleitores, prestando maior conhecimento acerca do processo eleitoral, das urnas eletrônicas e por fim, trazendo a Justiça Eleitoral mais próxima do eleitor.

3.2 Do Planejamento:

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este projeto básico detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, a aquisição dos tapetes vai ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

3.4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e manter as unidades da Justiça Eleitoral em perfeitas condições de atendimento ao público interno e externo.

4. DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, cujos resultados estão em vias de serem implementados nas próximas contratações. Assim, enquanto não se houver estabelecido esses critérios objetivos de mensuração, não há possibilidade de se exigir nas contratações públicas o cumprimento dessas obrigações ligadas à sustentabilidade ambiental. Também não localizamos qualquer norma ou lei específica que contemple o bem objeto deste Projeto Básico. Em sendo apontado qualquer normativo no decorrer desta aquisição, será condicionado o seu pagamento ao cumprimento das exigências apontadas.

5 – DO VALOR

5.1 Da pesquisa de preços:

A COMAP expediu a Pesquisa de Mercado n. 04/2019, juntada neste processo, obtendo os preços adiante sistematizados:

Item	Objeto/Descrição	Preço 1/Empresa/R\$	Preço 2/Empresa/R\$
1	Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 6,60 metros. Largura: 1,80 metros.	ARNALDO RIBEIRO DE LARA (0431571)	ARIANE LOPES COMERCIO E SERVIÇOS.EIRELI (0431595)
		400,00	490,00
2	Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 4,00 metros. Largura: 3,50 metros.	550,00	660,00
HABILITAÇÃO		Irregular (0431571)	Regular (0431595)

1. Face a irregularidade fiscal de 2 cotantes, não foi possível obter 3 propostas válidas. Também foi contactada Decorações - CNPJ 18.209.629/0001-01, que opera no ramo. Porém essa informou que não fornece o itens que com ([0432725](#)). Assim, comprovou-se a **limitação de mercado para o objeto**. De forma excepcional, tal situação enco



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 2.531/2011 - Plenário.

2. Como, por celeridade, foram expedidas pesquisas de mercado, que não contemplam todas as regras da contratação, a vencedora foi cientificada do inteiro teor deste PB e manifestou sua aquiescência ([0433359](#)).

5.2 Da empresa vencedora:

ITENS 1 E 2

EMPRESA: ARIANE LOPES COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI

CNPJ: 19.249.047/0001-11.

VALOR TOTAL: R\$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais).

ENDEREÇO: Rua Afonso Pena, 1319, Nossa Senhora das Graças.

DADOS BANCÁRIOS: Banco da Amazônica (003) - Ag: 00191- C/C: 070476-5.

5.3 Da aderência ao planejamento orçamentário:

A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

FONTE ORÇAMENTÁRIA		
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO DE	Eleitor em Perspectiva
DESPESA AGREGADA		Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos.
PLANO INTERNO		AREA PERMAN
VALOR ESTIMADO		R\$ 1.150,00

6 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Visando aferir a regularidade dos licitantes, deverão ser apresentados, para habilitação, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis:

- a) Certidão Negativa de Débito da Fazenda nacional ou INSS;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; e,
- d) Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo CNJ.

7 – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Comprovado que a empresa acima nominada ofertou o menor preço e que atendeu as condições mínimas de habilitação, entende-se que o objeto descrito neste PB pode a ela ser adjudicado com fundamento no art. 24, II, da Lei 8.666/93.

8 – DA PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO, DA VALIDADE E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

I - Para participar da cotação de preços, a empresa deve estar regular junto ao FGTS, ao INSS, à FAZENDA FEDERAL e à JUSTIÇA DO TRABALHO, bem como possuir CONTA CORRENTE.

II - Não poderão participar desta cotação empresas enquadradas em qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a. Que, por quaisquer motivos, tenham sido punidas por este Tribunal com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, conforme Acórdão TCU n. 3243/2012-Plenário, de 28/11/2012;
- b. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c. Que tenha sido proibida pela Justiça Eleitoral de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público, nos termos § 3º, do art. 81 da Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições);

III - Esta cotação de preços deverá ser devolvida pela interessada no prazo de 1 (um) dia útil, contado do seu recebimento. A não observância do prazo poderá caracterizar o desinteresse por parte dessa empresa.

IV - O prazo de validade da proposta será de 30 (trinta) dias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, mão-de-obra, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, deslocamento, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

VI - As propostas apresentadas mediante preenchimento da cotação serão julgadas pelo valor total dos itens, sendo declarada vencedora a empresa que ofertou o menor preço.

VII - À empresa declarada vencedora será adjudicado os itens da cotação de preços.

8.1 Do local de entrega:

Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, na Seção de Patrimônio do Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2013 ou 3211-2143.

9 – DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO E DA EMPRESA ADJUDICATÁRIA

9.1 A Administração se obriga a:

- a. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas na cotação de preços, solicitando formalmente à contratada o fornecimento dos itens.
- b. Promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.
- c. Receber provisoriamente, pela Seção de Patrimônio do TRE-RO, o objeto deste PB.

c.1) o recebimento provisório não implica aceitação do objeto.

- d. Recusar e devolver, em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, o objeto entregue em desacordo com as especificações constantes desta PB ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa emitido pelo FISCAL do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para substituição da peça e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e. Receber definitivamente o objeto, mediante emissão após a verificação do cumprimento das especificações o objeto, nos termos deste instrumento e seus anexos e da proposta contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

f. Efetuar o pagamento, aplicadas as retenções legais, após o recebimento do produto, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até 5(cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, devendo a Fatura/Nota Fiscal estar devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

f.1) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

f.2) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f.3) A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

9.2 A Contratada se obriga a:

a. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste PB.

b. **Entregar o objeto desta Pesquisa no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material emitido pela Coordenadora de Material e Patrimônio ou pelo Chefe da Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;
- d. Manter-se, durante a execução dos serviços, em situação de plena regularidade junto ao FGTS, INSS/ FAZENDA FEDERAL, ao CNJ e à JUSTIÇA DO TRABALHO, apresentando no ato do pagamento e sempre que solicitado comprovação de sua adimplência com esses órgãos.
- e. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- f. Apresentar, dentro do prazo de entrega, a nota fiscal para seu pagamento;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato do contratante proceder ou não a fiscalização e acompanhamento da sua execução;
- h. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução do contrato;
- i. Apresentar, se entender necessário, pedidos de prorrogação do prazo de entrega dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações;

I - Os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificada e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para decidir acerca desses pedidos.
II - Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para a entrega e substituição do bem ou serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

10 – DA NOTA DE EMPENHO DE DESPESA E DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

10.1. Para efetivar a contratação, será emitida Nota de Empenho de Despesa em favor da adjudicatária.

10.2. À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

10.3. Se a adjudicatária se recusar a assinar o recebimento da Nota de Empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular referida no CAPÍTULO 9, item 9.2, “d”, deste Projeto Básico, no ato da emissão da Nota de Empenho, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 30% sobre o valor adjudicado.

10.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas poderá sujeitar a Contratada à aplicação de multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na seguinte forma:

- a) Atraso injustificado do cumprimento do prazo de entrega: multa de 5% (cinco por cento) até o limite de 05 (cinco) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.
- b) Atraso nos demais prazos estipulados neste instrumento será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 20 (vinte) dias, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso.

10.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.6. No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

10.7. No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

10.8. No caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada deverá ser recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.9. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

10.10. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

10.11. As multas previstas neste projeto básico não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.12. As sanções previstas neste projeto básico poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

10.13. A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, inclusive aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (código de defesa do consumidor), sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

10.14. Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração.

10.15. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade são aqueles estabelecidos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

11 – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Gestão e Fiscalização do contrato será exercida pela titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio ou seu substituto legal, em sua ausência.

12 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

Pesquisa de Mercado nº 04/2019/COMAP ([0431571](#), [0431595](#), [0431605](#));

Certidões de regularidade fiscal da empresa **ARNALDO RIBEIRO DE LARA**; CNPJ Nº 13.899.187/0001-59([0431625](#));

Certidões de regularidade fiscal da empresa **ARIANE LOPES COMERCIO E SERVIÇOS.EIRELI**; CNPJ Nº 19.249.047/0001-11([0431630](#));

Certidões de regularidade fiscal da empresa **ROSINEA RODRIGUES IBIAPINA**; CNPJ Nº 13.383.412/0001-08([0431633](#));

Anexo I - Projeto Eleitor em Perspectiva ([0431695](#));

Anexo II - Imagens do tapete vermelho - itens 1 e 2 ([0431782](#));

Anexo III -Email da empresa Tchê Estofados e Decorações ([0432725](#));

Ciência do PB pela empresa vencedora ([0433359](#)).

Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA**, Coordenador(a), em 11/07/2019, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001771-87.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise inicial – definição da modalidade de licitação – Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens Permanentes – 02 (dois) tapetes.

PARECER JURÍDICO Nº 0436350 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – COMAP ([0431401](#)), objetivando a Aquisição de bens Permanentes, consistentes em 02 (dois) tapetes (cor vermelha) para ornamentação de área destinada ao Centro de Memória e ao Projeto Eleitor em Perspectiva, no hall térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos moldes do Projeto Básico COMAP ([0434023](#)).

02. O Projeto Básico - PB COMAP ([0434023](#)) contém a descrição do objeto, justificativa da aquisição, valor da melhor proposta, critério de aceitação da proposta, obrigações do contratante e da empresa adjudicatária, penalidades aplicáveis ao descumprimento contratual, designação da gestão e da fiscalização.

03. A proposta apresentada pela empresa ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇO EIRELI, CNPJ nº 19.249.047/0001-11, na Cotação de Preços nº 04/2019 – COMAP ([0431595](#)) realizada no mercado local, sagrou-se vencedora, com o valor total de **R\$ 1.150,00** (mil cento e cinquenta reais).

04. Referida empresa está apta a contratar com Administração Pública, conforme documentos de habilitação ([0431630](#)).

05. A COFC atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor da contratação, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0434358](#)), juntando aos autos a programação orçamentária para suportar a despesa no presente exercício, no valor de R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais).

06. Por fim, o gabinete da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC juntou aos autos o livro de processos de despesas 2019 ([0435445](#)), consoante Certidão GABSAOFC 0435439.

07. Registra-se que, tendo em vista que a Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP foi a responsável pela elaboração do Projeto Básico, entende-se dispensada sua análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

(...)

11. Esclarece-se que os **10%** mencionados correspondem a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais) para compras e serviços a serem licitados pela modalidade convite.

12. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 1.150,00** (um mil cento e cinquenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0434023](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0431595](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93**.

13. O quadro-resumo das aquisições e contratações processadas no exercício de 2019 ([0435445](#)) demonstra que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

14. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Assim, verifica-se que não há falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

15. Cotações de preços levadas a cabo no mercado local são procedimentos idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

16. No vertente caso, 03 (três) empresas apresentaram propostas, a saber:

- ARNALDO RIBEIRO DE LARA 78592720915 ([0431571](#)) - apresentou proposta no valor total de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) e está irregular junto à receita federal e junto ao FGTS ([0431625](#));
- ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ([0431595](#)) - apresentou a proposta no valor total de R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais) e possui Certidões Negativas ([0431630](#)) e;
- ROSINEIA RODRIGUES IBIAPINA 51085852253 ([0431605](#)) - apresentou a proposta no valor total de R\$ 1.082,56 (mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) e está irregular junto à receita federal ([0431633](#)).

17. Contudo, verifica-se que somente uma proposta é válida, pois foi ofertada por empresa apta a contratar com o setor público - ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 19.249.047/0001-11.

18. Nos autos, a unidade demandante tratou de justificar tal situação (item 5.1 do Projeto Básico COMAP - [0434023](#)), alegando o seguinte:

1. Face a **irregularidade fiscal de 2 cotantes, não foi possível obter 3 propostas válidas**. Também foi contactada a empresa Tchê Estofados e Decorações - CNPJ 18.209.629/0001-01, que opera no ramo. Porém essa informou [sic] que não fornece o itens que compõem o objeto deste PB ([0432725](#)). Assim, comprovou-se a **limitação de mercado para o objeto**. De forma excepcional, tal situação encontra abrigo no **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**.

2. Como, por celeridade, foram expedidas pesquisas de mercado, que não contemplam todas as regras da contratação. Contudo, a empresa vencedora foi cientificada do inteiro teor deste PB e manifestou sua aquiescência ([0433359](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de Compras Diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, **basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra.** Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão nº 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, **porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada; (...)**

20. Destarte, considerando a competitividade limitada dos serviços pretendidos no mercado local e a consonância entre os preços apresentados pelas empresas cotantes, inclusive os daquelas com irregularidade fiscal, deve-se levar em consideração a pesquisa, ademais, a unidade solicitante dos serviços apresenta nos autos justificativa plausível para esclarecer tal situação.

21. Neste mesmo entendimento, reafirma o TCU em seu **Acórdão n. 312/2017 - Plenário** que, nos casos em que for impossível obter as três cotações mínimas e válidas, deverá ser justificado o motivo pela autoridade competente:

87. A exemplo dos **Acórdãos 2.531/2011-TCU-Plenário, 1.266/2011-TCU-Plenário e 3.219/2010-TCU-Plenário**, dentre outros, que prescrevem que, no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que anteceder os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado, e, caso não seja possível obter esse número de cotações, **deve ser elaborada justificativa circunstanciada.**

22. Pois bem, verifica-se que o terceiro melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela única empresa em situação regular - **ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 19.249.047/0001-11, no valor de R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta), justificando, portanto, a escolha dessa fornecedora. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

23. De outro lado, o **PB COMAP (0434023)**, complementado pela Cotação de preços nº 04/2019 – COMAP, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado para aprovado pela autoridade competente.

24. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 19.249.047/0001-11**, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

III - CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta da empresa **ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 19.249.047/0001-11**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

26. Ademais, considerando a forma usual de contratação desse objeto, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela **nota de empenho** nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93**, **instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual.

27. Orienta-se que, **previamente** ao ato de contratação, a empresa deverá comprovar a manutenção de sua aptidão para contratar com Administração Pública. A respeito disso, destaca-se a que a **certidão de regularidade do FGTS expira sua validade em 19/07/2019 (0431630)**, razão pela qual deve ser atualizada nos autos.

28. Por derradeiro, assinala-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 19/07/2019, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 19/07/2019, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001771-87.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO: Autorização da despesa e provação de PB para aquisição de Bens Permanentes

DESPACHO Nº 3276 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela COMAP– Coordenadoria de Material e Patrimônio ([0431401](#)), objetivando a aquisição de bens permanentes, consistentes em 02 (dois) tapetes (cor vermelha) para ornamentação de área destinada ao Centro de Memória e ao Projeto Eleitor em Perspectiva, no hall térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, cuja despesa foi dimensionada em R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais).

Para tanto, carreu-se aos autos o Projeto Básico ([0434023](#)) e as propostas apresentadas pelas empresas ARNALDO RIBEIRO DE LARA ([0431571](#)), ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ([0431595](#)) e ROSINEIA RODRIGUES IBIAPINA ([0431605](#)), bem com as respectivas certidões fiscais e trabalhista das proponentes ([0431625](#), [0431630](#) e [0431633](#)).

Juntou-se, ainda, o quadro geral das aquisições e contratações processadas no exercício 2019, demonstrando a ausência de fracionamento da despesa ([0435445](#)).

A COFC realizou a programação orçamentária no valor total de **R\$ 1.150,00** (um mil cento e cinquenta reais), com a informação do Pré-empenho nº 2019PE000166 para custear a despesa, bem como a que a “despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA), conforme registros no processo nº 0000017-47.2018.6.22.8000 (evento [0434358](#)).

A Assessoria Jurídica opinou pela: **a)** possibilidade de contratação direta da empresa **ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº **19.249.047/0001-11**, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; **b)** pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado, bem como pela **dispensa da formalização de contrato**, substituído, no caso, pela **nota de empenho** nos termos do **art. 62, da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual ([0436350](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n. 8.666/93, manifestou-se pela autorização da despesa, aprovação do Projeto Básico e consequente contratação direta da empresa **Ariani Lopes Comércio e Serviços Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n. 19.249.047/0001-11 (evento nº. [0436724](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, cumpre registrar que o Projeto Básico constante do evento [0434023](#) não foi analisado pela COMAP, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa 04/2008, por ter sido autora do referido documento.

Releva destacar que foram obtidas no mercado local três cotações ([0431571](#), [0431595](#) e [0431605](#)), procedimentos idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço (**art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

Contudo, no caso sob análise, somente uma proposta restou válida, ofertada por empresa apta a contratar com o setor público - **ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 19.249.047/0001-11 em razão de irregularidades fiscais/trabalhista das outras duas proponentes, contudo a unidade demandante justificou tal situação (item 5.1 do Projeto Básico COMAP - [0434023](#)) quando comprova a limitação do mercado para o objeto pretendido a partir da impossibilidade do fornecimento por outras empresas do mercado local nos termos registrados no item 5.1 do PB n. [0434023](#) ([0432725](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Há justificativa para a aquisição pretendida, nos termos constantes no item 3.1 do Projeto Básico [0434023](#), atendimento à demanda do **Projeto Eleitor em Perspectiva**, conforme Anexo I ([0431695](#)).

Por fim, registra-se que com a juntada do quadro-resumo das aquisições e contratações processadas no exercício de 2019 ([0435445](#)) restou demonstrado que a Administração não realizou contratações de mesma natureza, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de **fracionamento irregular de despesa**.

Assim, por todo os elementos que constam dos autos, verifica-se que a empresa ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ofertou o menor preço dentre as cotações válidos para a aquisição em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

Diante do exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

1 - aprova o Projeto Básico COMAP [0434023](#), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93;

2 - autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;

3 - Dispensa a formalização de contrato e substituição pela nota de empenho, nos termos do art. 62, da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual; e

4 - adjudica o objeto à empresa Ariani Lopes Comércio e Serviços Eireli, CNPJ nº 19.249.047/0001-11 e autoriza a consequente emissão da Nota de Empenho em favor da referida empresa, condicionada à verificação da sua regularidade fiscal.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190141

Disponibilização: 31/07/2019

Publicação: 01/08/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Contratada: ARIANI LOPES COMERCIO E SERVICO EIRELI, CNPJ n. 19.249.047/0001-11. Objeto **I)** Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 6,60 metros. Largura: 1,80 metros. Quant: 01; Valor Total R\$ 490,00. **II)** Confecção sob medida, de um tapete, tipo carpete, cor vermelha, medindo: comprimento: 4,00 metros. Largura: 3,50 metros. Quant: 01; Valor Total R\$ 660,00. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Elemento de Despesa: 44.90.52-42, Nota de Empenho: 2019NE000487, de 25/07/2019. Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93. Justificativa: Para atender ao Projeto Eleitor em Perspectiva, com finalidade de ornamentação do local que reproduz uma seção eleitoral e da exposição do Centro de Memória, ambas exposições locadas no hall térreo da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Declaração de Dispensa de Licitação em 19/07/2019, por meio do Parecer Jurídico 0436350/2019/AJDG, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 24/07/2019, por meio do Despacho 3276/GABDG, por LIA MARIA ARAUJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI n. 0001771-87.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 31/07/2019, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 25Jul19 NUMERO: 2019NE000487 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 19249047/0001-11 - ARIANI LOPES COMERCIO E SERVICO EIRELI
ENDERECO : AFONSO PENA 1319 SALA 06 NOSSA SENHORA DAS G
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76804-120
TAXA CAMBIO:
OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM MATERIAL PERMANENTE, CONFORME PROJETO
BÁSICO COMAP (0433524), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0436350) E DESPACHOS NRS
3276 DA DIRETORIA GERAL (0436939) E 3333 DA SAOFC (0437914) DO PROC ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 449052 000000 AREA PERMAN
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00017718720196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL
REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 1.150,00
UM MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 42 -MOBILIARIO EM GERAL

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 490,00
VALOR DO SEQ.: 490,00

UNIDADE DE TAPETE, TIPO CARPETE, COR VERMELHA, MEDINDO: COMPRIMENTO:6,60 ME
TROS; LARGURA: 1,80 METROS.

SUBTOTAL : 490,00

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

Assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAUJO
CPF: 04565735/0001-13
Certificação de Assinatura: AC:00, ou seja, não há
interferência. A. S. em Tribunal Regional Eleitoral
Rondônia-TSE-RO, coordenador, com LIA MARIA
LOPES:260468
Data: 2019/07/25 15:11:22 -0400

irlida.maria
@tre-ro.jus.br

Assinado eletronicamente por
irlida.maria@tre-ro.jus.br
CPF: 04565735/0001-13
Data: 2019/07/25 14:46:47 -0400



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSÃO : 25Jul19 NÚMERO: 2019NE000487 PROCESSO: 00017718720196228000
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CREADOR : 19249047/0001-11 - ARIANI LOPES COMERCIO E SERVIÇO EIRELI
ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 449052 SUBITEM: 42 -MOBILIÁRIO EM GERAL

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITÁRIO:	660,00
			VALOR DO SEQ. :	660,00

UNIDADE DE TAPETE, TIPO CARPETE, COR VERMELHA, MEDINDO: 4,00 METROS. LARGURA: 3,50 METROS.

T O T A L : 1.150,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

Assinado de forma digital por
LIA MARIA ARAUJO LOPES
Data: 2019.07.25 14:47:55 -04'00'

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

irleda.maria@tre-
ro.jus.br

Assinado de forma digital por
IRLEDA M SOARES DA SILVA
Data: 2019.07.25 14:47:55 -04'00'

IRLEDA M SOARES DA SILVA
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO